



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Isadora Angelini Cunha

**Consumo, poder, identidade e hegemonia: uma análise da guerra comercial
entre China e Estados Unidos sob uma ótica da antropologia do consumo**

Marília
2026

Isadora Angelini Cunha

**Consumo, poder, identidade e hegemonia: uma análise da guerra
comercial entre China e Estados Unidos sob uma ótica da
antropologia do consumo**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Relações
Internacionais da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista –
UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Laércio Fidelis Dias

Marília
2026

Cunha, Isadora

Consumo, poder, identidade e hegemonia: uma análise da guerra comercial entre China e Estados Unidos sob uma ótica da antropologia do consumo / Isadora Angelini Cunha. -- Marília, 2026

48. p

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado – Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Orientador: Laércio Fidélis Dias

1. A Guerra Comercial EUA–China: Origens, Dinâmica e Setores Estratégicos. 2. A antropologia do consumo como chave de análise. 3. O Brasil no tabuleiro da guerra comercial: impactos e estratégias. 4. Desdobramentos Históricos e Projeções para a Ordem Global.

Isadora Angelini Cunha

**Consumo, poder, identidade e hegemonia: uma análise da guerra
comercial entre China e Estados Unidos sob uma ótica da
antropologia do consumo.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. Laércio Fidelis Dias
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Theo Peixoto Scudellari
UNESP – Câmpus de Marília
Examinador

Michelle C. Mariano
Examinadora

Marília, 08 de dezembro de 2025.

À minha família;
Minha mais bela razão de e para existir.

AGRADECIMENTOS

A todos que fizeram parte dessa trajetória, deixo meus agradecimentos. Às pessoas que foram meu apoio nessa jornada, sei que nenhum texto expressa o quanto sou grata, mas registro aqui esse sentimento, mesmo que de forma limitada.

À minha mãe, Maria Paula, sinônimo de amor e cuidado. É a mulher mais batalhadora que já conheci. Deixar o ninho que encontrei em seus braços foi a decisão mais difícil da minha vida, mas seu apoio e seu amparo foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Sonho, um dia, em ser ao menos metade da mulher que você é.

Ao meu pai, Maurício, que sempre foi ternura, aconchego e carinho. Ele acreditou em cada escolha que fiz, mesmo quando o caminho parecia incerto. A distância e os sacrifícios nunca foram barreiras, porque, mesmo de longe, você sempre fez questão de me fazer sentir amada e acolhida.

Ao meu irmão, João Pedro, meu melhor amigo de toda a vida, que acredita em mim mais do que qualquer pessoa. Obrigada por ser esse irmão mais velho exemplar-cuidadoso, carinhoso e sempre por perto, mesmo nos silêncios.

Ressalto minha gratidão à minha família por sempre serem minha âncora e por nunca terem soltado minha mão mesmo quando nossos pés caminhavam separados. Toda conquista minha que estiver por vir é reflexo do amor e suporte incondicional que vocês me dão

Aos amigos que fiz durante a graduação, especialmente Ana Luiza, Gabriel, Vanessa e Virgílio, agradeço por tornarem essa caminhada mais leve e por fazerem parte da minha trajetória.

À minha companheira de lar, Maria Eduarda, que sempre foi meu ombro amigo em todos os momentos.

Aos amigos que deixei em Matão — em especial Eduardo, Gabriel, Giulia, Guilherme, Pedro, José Pedro, Leonardo, Lucas, Mariana e Victor — obrigada por permanecerem presentes na minha vida, apesar da distância.

Ao meu namorado, João Pedro, meu porto seguro em todas as fases desta jornada. Sua paciência, compreensão e carinho me acompanharam nos dias mais difíceis e celebraram comigo cada pequena conquista. Obrigada por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei, por me apoiar nos momentos de exaustão e por me

lembrar, com gestos simples, do que realmente importa. Ter você ao meu lado tornou esse caminho mais leve, mais bonito e infinitamente mais possível.

Ao meu orientador, Laércio Fidélis Dias, pela sua inestimável orientação, apoio e incentivo durante todo o processo de elaboração desta monografia. Sem a sua expertise e dedicação, este trabalho não seria possível.

Aos docentes e funcionários da UNESP de Marília pelos ensinamentos e por todo apoio técnico e profissional constante durante toda minha formação.

Finalmente, agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, por me proporcionar a oportunidade de realizar esta monografia.

“A coruja de Minerva só alcança voo ao entardecer”
G. W. F. Hegel, Princípios da Filosofia do Direito (1820)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a guerra comercial entre Estados Unidos e China como uma expressão contemporânea da disputa por hegemonia global, a partir da perspectiva da antropologia do consumo e com base no método descritivo-analítico. Essa metodologia combina a descrição detalhada do fenômeno (incluindo as medidas tarifárias e protecionistas adotadas a partir de 2018) com a análise de suas causas, dinâmicas e desdobramentos. Ao integrar a coleta e organização de dados com sua interpretação crítica, o método permite não apenas apresentar o desenvolvimento da guerra comercial, mas também identificar padrões, relações de causalidade e implicações mais amplas para o sistema internacional. Nessa direção, a pesquisa utiliza fontes primárias (discursos oficiais, medidas tarifárias, dados econômicos) e secundárias (literatura acadêmica e jornalística) para primeiro, descrever o processo de escalada das tensões comerciais e, posteriormente, analisar os fatores geopolíticos que sustentam essa disputa. Parte-se da hipótese de que tais medidas configuram uma estratégia deliberada de contenção, especialmente por parte dos Estados Unidos, voltada a limitar a ascensão da China como potência emergente. O emprego articulado do caráter descritivo e do caráter analítico possibilita compreender tanto o funcionamento concreto da guerra comercial quanto seus efeitos e significados no campo do consumo. Diante disso, a pergunta central que orienta a pesquisa é: como a guerra comercial entre Estados Unidos e China pode ser interpretada, à luz da antropologia do consumo, como uma disputa por hegemonia global? Ao adotar o método descritivo-analítico, o trabalho busca oferecer uma compreensão ampla e fundamentada do fenômeno, articulando a apresentação dos fatos com sua análise crítica e contribuindo para o debate sobre as novas formas de disputa hegemônica no cenário internacional.

Palavras-chave: Guerra Comercial, Estados Unidos, China, Hegemonia, Antropologia do Consumo, Brasil.

ABSTRACT

This study aims to analyze the trade war between the United States and China as a contemporary expression of the struggle for global hegemony, drawing on the perspective of the anthropology of consumption and grounded in the descriptive-analytical method. This methodology combines the detailed description of the phenomenon—particularly the tariff and protectionist measures adopted since 2018—with the analysis of its causes, dynamics, and outcomes. By integrating the collection and organization of data with their critical interpretation, the method allows not only for outlining the development of the trade war but also for identifying patterns, causal relationships, and broader implications for the international system. In this sense, the research employs primary sources (official statements, tariff measures, economic data) and secondary sources (academic literature and journalistic materials) to first describe the escalation of commercial tensions and then analyze the geopolitical factors shaping this dispute. The study is based on the hypothesis that such measures constitute a deliberate containment strategy, particularly on the part of the United States, aimed at limiting China's rise as an emerging power. The combined descriptive and analytical components of the method make it possible to understand both the concrete functioning of the trade war and its effects and meanings within the sphere of consumption. Accordingly, the central question guiding this research is: how can the trade war between the United States and China be interpreted, through the lens of the anthropology of consumption, as a struggle for global hegemony? By adopting the descriptive-analytical method, the study seeks to provide a comprehensive and well-grounded understanding of the phenomenon, articulating factual presentation with critical analysis and contributing to the broader debate on new forms of hegemonic competition in the contemporary international landscape.

Keywords: Trade War, Hegemony, China, United States, Anthropology of Consumption, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC – British Broadcasting Corporation

Big Techs – grandes empresas de tecnologia (ex.: Google, Meta, Amazon, X)

BRI – Belt and Road Initiative (Nova Rota da Seda)

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CGE – Computable General Equilibrium (Modelo de Equilíbrio Geral Computável)

CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais

CNN – Cable News Network

EUA – Estados Unidos da América

G1 – Portal de notícias do Grupo Globo

ICR – Iniciativa Cinturão e Rota

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

STF – Supremo Tribunal Federal

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

US\$ – Dólar americano

5G – Quinta geração de tecnologia de redes móveis

SUMÁRIO

1. Introdução	14
2. A Guerra Comercial EUA–China: Origens, Dinâmica e Setores Estratégicos	16
2.1 Contexto histórico: da ascensão chinesa ao conflito tarifário de 2025	16
2.2 Dinâmica e medidas adotadas	18
2.3 Setores atingidos e repercussões para o Brasil	19
2.4 Impactos imediatos no comércio global e na geopolítica	20
2.5 O papel do Brasil na conjuntura da guerra comercial	22
3. A antropologia do consumo como chave de análise	24
3.1 O que é a antropologia do consumo e como ela dialoga com as Relações Internacionais	24
3.2 Consumo, poder, identidade e hegemonia	26
3.3 “O que” se consome vs. “De quem” se consome: marcas, símbolos e legitimidade	27
3.4 Nacionalismo econômico e consumo patriótico (Made in China vs. Made in USA)	28
3.5 O consumo como arma política e cultural na disputa EUA–China	29
4. O Brasil no tabuleiro da guerra comercial: impactos e estratégias	32
4.1 Ato I: O Brasil e o desafio ao padrão dólar	32
4.2 Ato II: O BRICS e o fortalecimento da China	33
4.3 Ato III: O embate com as Big Techs norte-americanas	34
4.4 Ato IV: Tarifas e retaliações: o Brasil sob o foco norte-americano	35
4.5 Impactos diretos e indiretos da guerra comercial sobre o Brasil	36
4.6 O Brasil e o BRICS como polo alternativo	37
4.7 Síntese dos atos	38
5. Desdobramentos Históricos e Projeções para a Ordem Global	39
5.1 A crise diplomática Brasil–Estados Unidos em 2025: tensões, interesses e instrumentalização política	39
5.2 A continuidade do conflito sob Biden e Xi Jinping: segurança, tecnologia e novo protecionismo	40

5.3 Fragmentação da ordem internacional e a crise do multilateralismo	40
5.4 O Brasil entre riscos e potencialidades: dependência, autonomia e projeto nacional	41
5.5 A dimensão cultural e simbólica da guerra comercial	42
6 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7 REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, a ascensão econômica da China e a consequente reconfiguração das hierarquias globais têm gerado tensões significativas com os Estados Unidos, potência hegemônica desde o pós-Segunda Guerra Mundial. A presente monografia tem como tema a guerra comercial entre esses dois países, uma das mais relevantes expressões contemporâneas das disputas hegemônicas no sistema internacional. Nesse ponto, torna-se essencial explicitar o que se entende por “guerra comercial”. Como observa Silva *et al.* (2019), o conceito de guerra não se limita ao conflito armado entre Estados, mas pode englobar outras formas de enfrentamento, como pressões diplomáticas, sanções econômicas, retaliações tarifárias e até restrições tecnológicas.

A “guerra comercial”, portanto, é uma forma de guerra híbrida: um conflito em que os instrumentos de combate não são tanques ou soldados, mas tarifas, boicotes, medidas legais e pressões econômicas. Embora o termo “guerra” seja forte, ele cumpre uma função política: sinalizar à sociedade que está em curso uma disputa existencial pela liderança global, na qual os custos econômicos devem ser entendidos como sacrifícios necessários (Silva; Medeiros; Albuquerque, 2019).

O embate entre Estados Unidos e China se trata de um conflito econômico em curso, cujos desdobramentos permanecem em constante transformação, evidenciando-se como um processo aberto e dinâmico que tem impactado diretamente a geopolítica global e a economia de diversas nações, inclusive o Brasil. Mais do que uma simples divergência tarifária, essa guerra representa uma estratégia deliberada de competição entre as duas maiores economias do mundo, que utilizam instrumentos econômicos, sobretudo barreiras comerciais, como mecanismos de poder e influência.

O objeto concreto deste estudo é a imposição recíproca de tarifas entre Estados Unidos e China. A partir de 2018, ambos os países passaram a adotar medidas protecionistas sobre uma ampla gama de bens e serviços. Entre os produtos afetados, destacam-se componentes de alta tecnologia, semicondutores, máquinas, veículos, produtos agrícolas, alimentos processados e, mais recentemente, serviços digitais e financeiros. Ao taxar esses setores, cada país busca não apenas proteger seus interesses comerciais imediatos, mas também conter o avanço estratégico do adversário em áreas consideradas sensíveis para o

futuro da economia e da segurança nacional. No caso dos Estados Unidos, as tarifas concentram-se em setores nos quais a China almeja consolidar sua liderança tecnológica; já a China, em resposta, direciona suas tarifas principalmente a produtos agrícolas e industriais norte-americanos, com o intuito de pressionar politicamente setores-chave da base eleitoral estadunidense.

Compreender o impacto desse processo tarifário é fundamental para países como o Brasil, cuja estrutura econômica se caracteriza por forte dependência de exportações primárias e de insumos importados. A guerra comercial, ao reordenar cadeias produtivas e alterar fluxos de comércio e investimento, cria simultaneamente oportunidades e riscos para economias periféricas. Nesse contexto, esta pesquisa propõe-se a investigar, a partir da imposição de tarifas e das reações subsequentes, como se configuram os efeitos concretos dessa disputa sobre o Brasil — seja na forma de variações nos preços internacionais, fluxos comerciais e investimentos, seja em relação à sua posição estrutural na economia global.

Ao analisar esse fenômeno sob a lente da antropologia do consumo com suporte do método analítico e descritivo, torna-se possível revelar uma dimensão frequentemente negligenciada da disputa: uma batalha pela hegemonia simbólica e pela preferência dos consumidores no mercado mundial. Mais do que compreender o que se consome, a guerra comercial suscita uma questão mais profunda — de quem se consome? —, indicando que as escolhas de consumo também expressam identidades políticas, culturais e econômicas. Assim, os hábitos de consumo tornam-se arenas de disputa simbólica, nas quais se projetam alinhamentos, resistências e formas de pertencimento no contexto da rivalidade entre Estados Unidos e China.

2 A Guerra Comercial EUA–China: Origens, Dinâmica e Setores Estratégicos

2.1 Contexto histórico: da ascensão chinesa ao conflito tarifário de 2025

A compreensão da guerra comercial entre Estados Unidos e China exige um olhar histórico que ultrapassa o marco de 2018, durante a primeira gestão de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos (2017-2021). Naquele ano de 2018, o governo de Trump iniciou a imposição de tarifas sobre o aço e o alumínio. Embora esse episódio seja frequentemente apontado como o início formal da disputa, suas raízes encontram-se na própria ascensão chinesa como potência econômica e tecnológica, processo que remonta às reformas de Deng Xiaoping a partir do fim da década de 1970. A chamada política de Reforma e Abertura permitiu à China transitar de uma economia centralmente planejada para uma inserção gradual no mercado internacional, apostando em zonas econômicas especiais, abertura ao investimento estrangeiro e integração às cadeias globais de valor.

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, consolidou esse movimento. A entrada no regime multilateral não apenas ampliou os fluxos comerciais chineses, mas também transformou a dinâmica do comércio global, dado que Pequim se tornou, em poucos anos, o principal parceiro de mais de 130 países. O impacto disso foi profundo: setores industriais inteiros nos Estados Unidos, particularmente aqueles vinculados à manufatura intensiva em mão de obra, perderam competitividade diante do baixo custo da produção chinesa. Ao mesmo tempo, consumidores e empresas norte-americanas passaram a usufruir de produtos mais baratos, o que explica por que, durante um período, a ascensão chinesa foi vista mais como uma oportunidade do que como ameaça (Pautasso *et al.*, 2021).

Contudo, esse equilíbrio começou a se alterar a partir da crise financeira de 2008. Enquanto os Estados Unidos enfrentavam estagnação e endividamento, a China intensificava investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de expandir sua influência internacional com projetos como a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR).¹ Em 2015, a publicação do plano Made in China 2025² deixou explícito o objetivo de Pequim: reduzir a dependência de tecnologia estrangeira e tornar-se líder mundial em

¹ A Iniciativa Cinturão e Rota é um projeto chinês lançado em 2013 que financia e constrói infraestrutura em diversos países para ampliar o comércio e a influência global da China.

² Plano estratégico lançado pelo governo chinês em 2015 para transformar a China de uma “fábrica do mundo” em uma potência de alta tecnologia. O programa prioriza setores como robótica, inteligência artificial, semicondutores, veículos elétricos, biotecnologia e aeroespacial, visando reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras e fortalecer a competitividade global do país.

áreas estratégicas como semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia e telecomunicações. Para Washington, esse movimento representava uma ameaça direta não apenas econômica, mas também estratégica, uma vez que comprometia sua supremacia tecnológica (Pautasso *et al.*, 2021).

Foi nesse contexto que Donald Trump, eleito com uma plataforma nacionalista e crítica à globalização, capitalizou o sentimento de insatisfação de setores industriais e agrícolas dos EUA. Em 2018, utilizando a Seção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962, justificou tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, alegando razões de segurança nacional. Poucos meses depois, recorreu à Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, acusando a China de práticas desleais, como dumping, subsídios estatais e violações de propriedade intelectual, impondo tarifas sobre produtos avaliados em mais de US\$ 50 bilhões (Carvalho; Azevedo; Massuquetti, 2019). A resposta chinesa foi imediata: tarifas de 25% sobre soja, automóveis, produtos químicos e aviões dos EUA.

A partir da perspectiva adotada sobre a guerra comercial, percebemos que sua natureza se revela também na retórica empregada por ambos os países. A China, por exemplo, passou a mobilizar referências históricas como o “espírito da Longa Marcha”, símbolo de resistência contra as adversidades, para preparar sua população para os custos do confronto (Silva; Medeiros; Albuquerque, 2019). Já os Estados Unidos enquadraram a disputa como uma defesa da “segurança nacional” e da “justiça comercial”, ainda que muitos especialistas considerem tais justificativas frágeis diante das regras multilaterais da OMC.

Assim, a guerra comercial não deve ser vista como um episódio pontual de tarifas, mas como manifestação de uma transformação sistêmica mais ampla, na qual os Estados Unidos buscam conter a ascensão chinesa e preservar sua posição de liderança global. Em 2025, a disputa chegou a um novo ápice com a decisão de Trump, em seu segundo mandato, de estender tarifas de 50% também a produtos brasileiros — medida que, segundo Goldman (2025), representava uma tentativa de enfraquecer aliados comerciais da China e reequilibrar déficits bilaterais. Catto (2025) destacou, por sua vez, que a medida foi recebida com preocupação em Brasília, pois atingia setores sensíveis como aço e produtos agrícolas processados, colocando o Brasil no centro de uma disputa que inicialmente parecia restrita a dois gigantes.

2.2 Dinâmica e medidas adotadas

A guerra comercial EUA–China tem se desenvolvido em ciclos de escalada e negociação. Entre 2018 e 2020, prevaleceu uma lógica de confronto direto, com tarifas sucessivas aplicadas por ambos os lados. Em janeiro de 2020, foi assinado o chamado “Fase Um” do acordo comercial, no qual a China comprometeu-se a comprar US\$200 bilhões adicionais em produtos norte-americanos, incluindo soja e energia, em troca da suspensão de novas tarifas. No entanto, a pandemia de Covid-19 e as tensões políticas subsequentes impediram o cumprimento integral do acordo, levando à retomada de medidas protecionistas.

As tarifas constituem o instrumento mais conhecido do conflito. Do lado norte-americano, destacam-se os 25% sobre aço, 10% sobre alumínio e 25% adicionais sobre mais de 1.300 produtos chineses, entre eles reatores nucleares, veículos, equipamentos médicos e circuitos integrados (Carvalho; Azevedo; Massuquetti, 2019). Do lado chinês, as tarifas de 25% sobre a soja e sobre carnes processadas foram estratégicas, uma vez que os EUA exportavam bilhões de dólares desses produtos anualmente. O *The New York Times* (2025) observa que a China, ao aumentar compras de soja do Brasil, não apenas retaliou os Estados Unidos, mas também redesenhou a geografia global das commodities, consolidando a centralidade brasileira nesse setor.

Além das tarifas, a disputa se manifestou em restrições tecnológicas. Empresas como Huawei e ZTE passaram a ser alvo de sanções, sendo proibidas de adquirir semicondutores e softwares norte-americanos (Lima, 2025). Washington pressionou aliados europeus e latino-americanos a excluir a Huawei das redes 5G, justificando a medida com o risco de espionagem (Palumbo e Nicolaci 2025). A questão tecnológica evidenciou que a guerra comercial ultrapassava o plano tarifário: tratava-se de uma luta pela primazia em setores que moldarão o futuro da economia digital.

Por fim, houve ainda medidas indiretas, como a limitação de investimentos chineses em setores estratégicos nos EUA e o bloqueio a empresas acusadas de roubo de propriedade intelectual. Nesse sentido, a guerra comercial pode ser interpretada como parte de uma estratégia de contenção, na qual Washington busca evitar que a China se torne a principal potência global no século XXI (Pautasso *et al.*, 2021).

2.3 Setores atingidos e repercussões para o Brasil

O impacto da guerra comercial entre Estados Unidos e China manifesta-se de forma desigual entre setores e países, e o Brasil exemplifica bem essa dinâmica de ganhos e perdas simultâneos. No setor agrícola, a soja consolidou-se como o produto mais emblemático do conflito. Quando Pequim decidiu impor uma tarifa de 25% sobre o grão norte-americano, redirecionou grande parte de suas importações para o Brasil, que passou a ocupar espaço estratégico como principal fornecedor de soja à China. Esse movimento fortaleceu o agronegócio brasileiro no curto prazo, ampliando a receita de exportações e a balança comercial. Entretanto, especialistas apontam que essa dependência crescente de um único mercado, ainda mais em um contexto de disputa geopolítica, acarreta riscos de médio e longo prazo. Catto (2025) destaca que essa concentração aumenta a vulnerabilidade da economia brasileira a oscilações externas, já que eventuais mudanças na política de importação chinesa poderiam impactar fortemente os produtores nacionais.

O setor siderúrgico, por sua vez, apresenta um quadro mais ambíguo. Em 2017, o Brasil era o segundo maior exportador de aço para os Estados Unidos, posição que o tornou especialmente vulnerável quando Trump impôs tarifas de 25% sobre o produto em 2018. Embora Brasília tenha conseguido negociar cotas em vez de tarifas plenas, a medida limitou o crescimento das exportações e revelou a fragilidade da indústria nacional diante de disputas comerciais internacionais (Carvalho; Azevedo; Massuquetti, 2019). Essa situação agravou-se em 2025, quando Washington decidiu aplicar uma tarifa generalizada de 50% sobre produtos brasileiros. A matéria de Radford (2025) pela CNN Brasil divulgou a lista dos itens mais afetados, entre eles aço semiacabado, celulose, café, carne bovina e aviões, confirmando que tanto a indústria de infraestrutura quanto o agronegócio foram atingidos.

No setor de alta tecnologia, o Brasil ocupa uma posição periférica, mas não irrelevante. As pressões norte-americanas para que o país excluísse a Huawei da infraestrutura de 5G e adotasse padrões ocidentais revelam a dificuldade brasileira em manter autonomia regulatória em um cenário de polarização tecnológica. Ao mesmo tempo, o aprofundamento da cooperação com a China em áreas como inteligência artificial e digitalização da economia, inclusive no âmbito dos BRICS,

reforça a percepção de que o Brasil está sendo progressivamente empurrado a escolher um lado na disputa (Lissardy, 2025).

Além da agricultura, siderurgia e tecnologia, outros setores estratégicos também sofreram repercussões. Segundo Goldman (2025), produtos de maior valor agregado, como aeronaves e equipamentos industriais, passaram a enfrentar barreiras adicionais, reduzindo a competitividade brasileira em mercados globais. O jornal alerta ainda que o tarifaço ameaça a entrada de novos investimentos estrangeiros, já que empresas multinacionais podem enxergar o Brasil como um parceiro arriscado dentro da disputa EUA–China.

Em síntese, enquanto a guerra comercial abriu oportunidades para o agronegócio, sobretudo na soja, ela também expôs a vulnerabilidade do Brasil em setores industriais e tecnológicos. O tarifaço de 2025 cristaliza esse dilema: de um lado, ganhos conjunturais; de outro, riscos estruturais que desafiam a capacidade do país de articular uma estratégia de inserção internacional equilibrada.

2.4 Impactos imediatos no comércio global e na geopolítica

A eclosão e a persistência da guerra comercial entre Estados Unidos e China produziram efeitos que transcendem a mera disputa tarifária bilateral, repercutindo de forma ampla sobre cadeias globais de produção, fluxo de investimentos e a própria arquitetura geopolítica internacional. No plano macroeconômico, simulações com modelos de equilíbrio geral computável (Computable General Equilibrium - CGE) estimam impactos negativos significativos sobre o bem-estar e o produto dos países diretamente envolvidos: estudos aplicando o CGE indicam que aumentos tarifários nas rodadas iniciais reduziram o bem-estar e provocaram perdas bilionárias, com estimativas que variam conforme o cenário (apenas tarifas estadunidenses ou retaliação chinesa), e mostram quedas percentuais do PIB mais pronunciadas na China do que nos EUA em vários cenários. Essa assimetria reflete tanto o padrão das exportações quanto a estrutura de demanda e interdependência setorial entre os dois atores (Carvalho; Azevedo; Massuquetti, 2019).

Ao nível do comércio internacional, a imposição de tarifas e medidas não-tarifárias gerou um efeito imediato de desvio e fragmentação comercial: empresas e governos passaram a reavaliar fornecedores e rotas logísticas, adotando estratégias

do tipo “China + 1”³ para reduzir riscos de concentração. Essa busca por diversificação tem levado à realocação parcial de cadeias de valor, movimento que beneficia alguns países emergentes e regiões próximas, mas que raramente elimina a integração com os elos chineses mais a montante, dado o peso instalado da China em insumos e componentes críticos.

No plano geopolítico, a guerra comercial tem acelerado a desintegração parcial da globalização que caracterizou as décadas anteriores. A disputa tecnológica (restrições a fornecedores de 5G, bloqueios a transferências de semicondutores, controles sobre investimentos em setores estratégicos) nos sinaliza que o conflito hoje é tão (ou mais) tecnológico quanto tarifário. Tal tendência abre caminho a uma ordem internacional mais geoeconômica e segmentada, em que blocos e cadeias “amigáveis” se consolidam em função de alinhamentos estratégicos e confiabilidade de fornecedores. Autores que analisam a disputa em múltiplos níveis (político, tecnológico e sistêmico) destacam que essa competição contribui para a emergência de modalidades de governança paralela (p. ex. iniciativas financeiras e de infraestrutura chinesas) e para pressões por escolhas de alinhamento entre países de médio porte — um fenômeno que coloca em risco a neutralidade comercial de muitos Estados e aumenta a volatilidade das relações externas (Pautasso *et al.*, 2021; análises da mídia especializada).

Por fim, os efeitos sobre países intermediários são ambíguos e profundos. Na vertente positiva, alguns exportadores de commodities e fornecedores alternativos (como o Brasil em soja e alguns metais) obtiveram ganhos de mercado em razão do desvio de comércio; contudo, essas vantagens costumam ser conjunturais e vêm acompanhadas de maior exposição a riscos sistêmicos: concentração de compradores, maior sensibilidade a choques externos e possibilidade de retaliações secundárias. No plano político-diplomático, países como o Brasil enfrentam um dilema estratégico: manter autonomia e diversificação de parceiros ou assumir alinhamentos que podem proteger mercados de curto prazo, mas reduzir espaço de manobra no médio prazo. A literatura e a cobertura jornalística contemporânea enfatizam que a guerra comercial transforma decisões econômicas em escolhas de política externa,

³ China Plus One é uma estratégia adotada por empresas multinacionais para reduzir a dependência excessiva da China na produção e nas cadeias de suprimento, mantendo operações no país, mas expandindo ou transferindo parte da manufatura para ao menos outro país (como Vietnã, Índia ou México), a fim de diversificar riscos, reduzir custos e aumentar a resiliência produtiva

obrigando países intermediários a recalibrar estratégias industriais, de atração de investimento e de inserção em cadeias globais.

2.5 O papel do Brasil na conjuntura da guerra comercial

O Brasil ocupa uma posição peculiar e ambivalente dentro da guerra comercial EUA–China, oscilando entre ganhos conjunturais e perdas estruturais. De um lado, foi beneficiado pelo aumento das compras chinesas de soja e carnes, redirecionadas a partir do mercado norte-americano em razão das tarifas impostas por Pequim. Esse movimento consolidou o país como principal fornecedor de soja para a China, fortalecendo a pauta do agronegócio e garantindo superávits comerciais expressivos. De outro, a economia brasileira também foi duramente impactada pelas medidas restritivas de Washington, que impôs cotas à exportação de aço em 2018 e, mais recentemente, uma tarifa de 50% sobre uma série de produtos em 2025, atingindo setores-chave como siderurgia, celulose, carnes processadas, café e aeronaves (Radford, 2025; Catto, 2025).

No plano comercial, estudos empíricos reforçam essa dualidade. A pesquisa de Souza, Ribeiro e Santos (2021) mostra que, embora o agronegócio tenha obtido ganhos claros em razão do desvio de comércio, setores industriais como o siderúrgico e o de máquinas perderam competitividade no mercado norte-americano. Em outras palavras, a guerra comercial não produziu efeitos homogêneos sobre as exportações brasileiras: enquanto ampliou o espaço para commodities agrícolas, reduziu as oportunidades para bens manufaturados e de maior valor agregado. Essa tendência aprofunda a já conhecida dependência da economia brasileira de produtos primários, dificultando a diversificação da pauta exportadora.

Do ponto de vista diplomático, a conjuntura também coloca o Brasil diante de dilemas estratégicos. A aproximação crescente com a China no âmbito dos BRICS reforça laços econômicos e tecnológicos, sobretudo em áreas como infraestrutura digital, inteligência artificial e financiamento de projetos de infraestrutura. Ao mesmo tempo, essa aproximação pode ser interpretada por Washington como sinal de afastamento, num contexto em que os Estados Unidos pressionam aliados a adotarem medidas restritivas contra empresas chinesas de tecnologia. Palumbo e Nicolaci (2025) ressaltam que a guerra comercial transformou o Brasil em uma arena de disputa indireta, na qual ambos os gigantes buscam influência política e econômica.

Nesse sentido, o Brasil encontra-se numa posição de “equilíbrio instável”: precisa manter suas relações históricas e estratégicas com os Estados Unidos, mas também não pode abrir mão da parceria com a China, seu maior parceiro comercial desde 2009. Tal ambivalência exige da diplomacia brasileira habilidade para administrar tensões, negociar concessões e, ao mesmo tempo, aproveitar oportunidades. Não se trata apenas de escolher entre Washington ou Pequim, mas de formular uma estratégia de inserção internacional que evite a dependência excessiva de um único polo e garanta margem de manobra.

Por fim, é importante destacar que a posição brasileira transcende o campo econômico. Como grande exportador agrícola e siderúrgico, membro dos BRICS e ator de relevância no Sul Global, o Brasil aparece como peça-chave em uma disputa que redefine fluxos comerciais e arranjos de poder internacionais. A guerra comercial EUA–China evidencia que o país não pode mais se limitar ao papel de espectador: sua estrutura produtiva, sua política externa e sua própria soberania econômica estão diretamente em jogo em um conflito que, a cada rodada tarifária ou tecnológica, reconfigura os contornos da ordem global.

3. A antropologia do consumo como chave de análise

3.1 O que é a antropologia do consumo e como ela dialoga com as Relações Internacionais

A antropologia do consumo, conforme apresentada por Mary Douglas e Baron Isherwood em *O Mundo dos Bens* (1979), constitui uma crítica à ideia reducionista de que os bens servem apenas à satisfação de necessidades materiais. Para os autores, o consumo é um fenômeno profundamente simbólico, pois os bens funcionam como uma linguagem por meio da qual sociedades organizam suas hierarquias, expressam valores e constroem identidades. Nesse sentido, consumir não é um ato individual isolado, mas um processo coletivo que insere o sujeito em redes sociais e culturais. A função comunicativa dos bens está no centro da teoria de Douglas e Isherwood (1979): os objetos não apenas “servem”, mas “significam”, portanto, são fontes de sentido. Essa concepção redefine com a abordagem tradicional da economia e aproxima a análise do consumo das dinâmicas de poder e identidade, que são também centrais às Relações Internacionais.

No campo das RI, a antropologia do consumo oferece um olhar alternativo ao enfoque materialista que privilegia o poder militar, os fluxos financeiros ou as capacidades industriais. Ao invés de entender o comércio internacional apenas como uma lógica de trocas, tarifas e déficits, a perspectiva de Douglas e Isherwood (1979) permitem compreender que cada mercadoria carrega símbolos e mensagens. Ao consumir um produto, não se adquire apenas um objeto físico, mas também se participa de um sistema de significados que inclui noções de legitimidade, pertencimento e até mesmo alinhamento geopolítico. Assim, o consumo atravessa o sistema internacional como prática que não só reflete, mas também constrói relações de poder.

Essa abordagem ganha ainda mais relevância em um contexto globalizado em que produtos, marcas e estilos de vida circulam transnacionalmente, moldando percepções coletivas e reforçando identidades nacionais. Marcas globais como Apple, Tesla ou Huawei, por exemplo, não são apenas empresas produtoras de tecnologia, mas símbolos de sociedades e projetos políticos específicos (Lima, 2025). Ao estudar como os bens são consumidos e representados, a antropologia do consumo contribui para compreender como se consolidam hegemonias culturais e econômicas no cenário internacional. O poder global, portanto, não se mede apenas em termos de

PIB ou arsenal bélico, mas também pela capacidade de um país em projetar seus padrões de consumo como referências desejáveis para outros povos.

Douglas e Isherwood (1979) também enfatizam que os bens estruturam classificações sociais que separam “nós” e “eles”, “legítimos” e “ilegítimos”, “prestigiosos” e “vulgares”. Essa lógica pode ser transposta para as Relações Internacionais ao observar que políticas de consumo e comércio definem fronteiras simbólicas entre Estados. Quando os EUA impõem tarifas sobre produtos chineses, o gesto não é apenas econômico, mas também comunicativo: sinaliza que certos bens são indesejados ou ameaçadores à ordem interna. Do mesmo modo, ao promover o “Made in China 2025”, Pequim estabelece que consumir produtos nacionais é reafirmar a identidade chinesa frente ao Ocidente. O consumo, nesse sentido, torna-se uma arena de disputa internacional pela definição de legitimidade e poder.

Assim, a antropologia do consumo aplicada às Relações Internacionais permite uma interpretação mais ampla da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Para além da contabilidade de tarifas e déficits, o conflito aparece como uma luta por significados: qual país terá a capacidade de projetar seus bens como símbolos de modernidade, confiança e hegemonia? O referencial de Douglas, ao destacar o papel comunicativo dos bens, mostra que o consumo é parte constitutiva da geopolítica contemporânea. Dessa forma, a análise da guerra comercial ganha profundidade ao ser tratada não apenas como embate econômico, mas como disputa simbólica pela preferência dos consumidores e, conseqüentemente, pela definição das hierarquias globais.

3.2 Consumo, poder, identidade e hegemonia

A obra de Douglas e Isherwood (1979) oferece uma chave essencial para compreender como consumo e poder se articulam na construção de identidades e hegemonias. Os bens, segundo os autores, não apenas satisfazem necessidades imediatas, mas comunicam status, pertença e valores sociais. Esse caráter simbólico do consumo torna-o central para pensar as dinâmicas internacionais, já que hegemonia não se sustenta apenas pela coerção, mas também pela capacidade de um Estado em naturalizar seus valores como universais e desejáveis. Assim, quando falamos em hegemonia global, não nos referimos apenas à supremacia militar ou econômica, mas também à habilidade de impor padrões de consumo e estilos de vida que consolidam a posição dominante de um país.

A guerra comercial entre Estados Unidos e China ilustra esse processo. Washington, ao restringir importações chinesas e exaltar o consumo doméstico, procura reafirmar sua posição de guardião de um modelo econômico baseado na “justiça comercial” e na “segurança nacional”. Ao mesmo tempo, Pequim, ao investir em inovação tecnológica e incentivar sua população a consumir produtos nacionais, busca construir uma identidade global própria, que rivalize com a hegemonia ocidental. Nesse jogo, os bens tornam-se instrumentos de poder simbólico, capazes de materializar disputas por prestígio e reconhecimento no sistema internacional.

Consumo e identidade também se articulam nas percepções que os indivíduos e Estados têm de si mesmos. Consumir produtos norte-americanos, como iPhones ou softwares, muitas vezes é associado à ideia de modernidade, liberdade, inovação e riqueza. Já os produtos chineses, como os smartphones da Huawei ou os aplicativos como TikTok, são vistos como símbolos de uma alternativa tecnológica emergente que desafia os padrões ocidentais. Nesse sentido, a disputa tarifária revela-se também como disputa identitária: ao incentivar ou restringir o consumo de determinados bens, Estados moldam não apenas preferências econômicas, mas também autoimagens coletivas e alinhamentos culturais.

Douglas e Isherwood (1979) argumentam que os bens classificam e organizam a experiência social, e esse ponto é central para entender como hegemonias se consolidam. O domínio dos EUA na cultura de consumo ao longo do século XX — com marcas globais como Coca-Cola, McDonald’s e Disney — não se explica apenas por competitividade econômica, mas pela capacidade de transformar esses produtos em símbolos universais de um estilo de vida. Hoje, a China busca reproduzir essa lógica, posicionando suas marcas e tecnologias como alternativas globais, especialmente em setores estratégicos como telecomunicações, inteligência artificial e energia limpa. Assim, a disputa comercial não é apenas sobre tarifas, mas sobre qual país será capaz de estruturar identidades globais por meio do consumo.

Portanto, ao conectar consumo, poder, identidade e hegemonia, a antropologia do consumo revela que a guerra comercial EUA–China é, em essência, uma luta por liderança simbólica. Ao impor restrições tarifárias, cada país não apenas protege seus setores produtivos, mas tenta moldar as preferências de consumidores em escala mundial, associando produtos a valores políticos e culturais. A hegemonia, nesse sentido, não é apenas uma questão de força econômica, mas da capacidade de tornar um padrão de consumo sinônimo de prestígio, confiança e futuro.

3.3 “O que” se consome vs. “De quem” se consome: marcas, símbolos e legitimidade

Uma das contribuições mais instigantes da antropologia do consumo é deslocar a atenção do “o que se consome” para o “de quem se consome”. Mary Douglas lembra que bens não são apenas utilitários, mas portadores de significados sociais e culturais. Transposto para o comércio internacional, isso implica que a origem do produto — sua marca, seu país de fabricação, sua associação simbólica — torna-se tão importante quanto sua qualidade ou preço. Nesse sentido, a guerra comercial entre EUA e China revela uma disputa não apenas por mercados, mas por legitimidade: quem tem o direito de prover bens ao mundo e, portanto, de projetar símbolos de identidade e poder.

Quando os EUA incentivam a compra de produtos “Made in USA”, o objetivo não é apenas fortalecer a economia doméstica, mas reforçar uma narrativa de pertencimento nacional e distinção em relação ao “outro” estrangeiro. Da mesma forma, ao promover o consumo de tecnologias nacionais e reduzir a dependência de importações, a China não apenas protege seus setores estratégicos, mas afirma sua posição como potência capaz de oferecer alternativas legítimas ao modelo ocidental. Cada escolha de consumo, nesse cenário, torna-se uma forma de reconhecimento: consumir produtos americanos é reafirmar a centralidade dos EUA; consumir produtos chineses é legitimar sua ascensão como poder global.

As marcas desempenham papel crucial nesse processo. Apple e Huawei, por exemplo, simbolizam mais do que empresas de tecnologia: representam diferentes projetos civilizatórios (Lima, 2025). Ao escolher entre uma e outra, consumidores, empresas e Estados comunicam suas preferências e, implicitamente, seus alinhamentos geopolíticos. Nesse ponto, a teoria de Douglas e Isherwood ajuda a compreender como mercadorias funcionam como “marcadores sociais”, classificando consumidores e, por extensão, países inteiros em blocos de influência. A disputa tarifária, portanto, não é apenas sobre semicondutores ou smartphones, mas sobre quem deterá o monopólio do prestígio e da legitimidade tecnológica.

Esse mecanismo também se reflete nas pressões que os EUA exercem sobre aliados para rejeitarem a tecnologia chinesa. A exclusão da Huawei das redes 5G em diversos países não foi apenas uma decisão técnica ou de segurança, mas uma escolha simbólica sobre “de quem consumir”. Ao aceitar a narrativa americana de

risco, Estados alinharam-se culturalmente com Washington, recusando implicitamente a legitimidade da China como provedora de confiança. O consumo, nesse caso, converte-se em gesto político, onde cada contrato firmado ou recusado reforça alianças internacionais.

Assim, a distinção entre “o que” e “de quem” se consome mostra que a guerra comercial é também uma disputa pela legitimidade simbólica no sistema internacional. Não basta oferecer produtos eficientes e baratos; é preciso que esses bens sejam reconhecidos como legítimos e desejáveis. A antropologia do consumo, ao iluminar essa dimensão, evidencia que a disputa entre EUA e China é, em última instância, pela autoridade de definir quais marcas, símbolos e estilos de vida terão prestígio e serão consumidos globalmente.

3.4 Nacionalismo econômico e consumo patriótico (Made in China vs. Made in USA)

O nacionalismo econômico é um dos aspectos mais visíveis da guerra comercial EUA–China e pode ser interpretado, à luz de Mary Douglas e Isherwood, como uma tentativa de organizar fronteiras simbólicas por meio do consumo. O apelo ao consumo patriótico transforma escolhas cotidianas em gestos políticos, vinculando a compra de bens nacionais ao dever de defender a soberania e a identidade da nação. Assim, slogans como “Buy American”⁴ ou programas como “Made in China 2025” não são apenas estratégias econômicas, mas também mecanismos de mobilização identitária.

Nos Estados Unidos, o consumo patriótico é justificado pela narrativa de que comprar produtos estrangeiros ameaça empregos e coloca em risco a segurança nacional. Nesse contexto, consumir o que é doméstico torna-se sinônimo de proteger a pátria. As tarifas impostas contra a China, nesse sentido, têm duplo efeito: proteger setores produtivos internos e mobilizar politicamente a população em torno da ideia de unidade nacional frente ao inimigo externo. Douglas ajuda a entender que esse apelo não é apenas econômico, mas simbólico, pois reordena classificações sociais ao associar o consumo a valores de pertencimento e patriotismo.

⁴ Política do governo dos Estados Unidos que determina a priorização ou a obrigatoriedade de aquisição de produtos fabricados no próprio país em contratos públicos. Seu objetivo é fortalecer a indústria nacional, proteger empregos domésticos e reduzir a dependência de fornecedores estrangeiros.

Na China, o nacionalismo econômico assume contornos distintos, mas igualmente significativos. A promoção de tecnologias nacionais e o incentivo à substituição de importações visam não apenas reduzir vulnerabilidades estratégicas, mas afirmar a independência cultural do país. Consumir produtos chineses é, nesse discurso, afirmar-se como parte de uma nação em ascensão, que desafia a hegemonia ocidental. O “Made in China 2025” busca não apenas metas industriais, mas também criar uma narrativa de orgulho nacional vinculada ao consumo de bens tecnológicos. Mais uma vez, o consumo é ressignificado como ato político, capaz de reforçar fronteiras identitárias entre China e Ocidente.

Esse fenômeno não é exclusivo das duas potências, mas ganha particular intensidade em sua disputa. O boicote a produtos estrangeiros, incentivado por governos ou por movimentos sociais, mostra como o consumo pode ser transformado em arma política. Quando consumidores chineses rejeitam bens americanos em resposta a tarifas ou sanções, não estão apenas evitando custos adicionais, mas comunicando lealdade à sua nação e resistência ao inimigo. Do mesmo modo, campanhas de boicote a produtos chineses em países ocidentais buscam reforçar fronteiras simbólicas e alinhar consumidores a projetos políticos específicos.

Portanto, o nacionalismo econômico, quando analisado pela lente de Douglas e Isherwood, mostra que as tarifas e as campanhas de consumo patriótico não podem ser reduzidas a estratégias econômicas. Elas são instrumentos de mobilização cultural e identitária, que utilizam o consumo para construir narrativas de pertencimento e resistência. A guerra comercial entre EUA e China, nesse sentido, é também uma disputa pela capacidade de transformar o ato de consumir em ato de cidadania, onde cada escolha de compra carrega significados políticos.

3.5 O consumo como arma política e cultural na disputa EUA–China

Por fim, a guerra comercial evidencia como o consumo pode ser mobilizado como arma política e cultural em disputas internacionais. Mary Douglas e Isherwood observam que os bens organizam classificações e comunicam valores; ao serem controlados, restringidos ou boicotados, eles se tornam instrumentos de poder. Assim, tarifas e sanções não devem ser vistas apenas como medidas de proteção econômica, mas como tentativas de manipular símbolos e disciplinar preferências coletivas.

Um exemplo claro é, como citado anteriormente, o caso da Huawei. Ao restringir o acesso da empresa chinesa a semicondutores e softwares americanos, Washington não apenas dificultou sua competitividade, mas tentou deslegitimá-la como fornecedora confiável. Essa medida teve impacto muito além da economia: países que aceitaram a pressão dos EUA e boicotaram a Huawei comunicaram, implicitamente, sua adesão ao bloco ocidental e rejeição ao modelo chinês. O consumo de equipamentos de telecomunicações, nesse contexto, converteu-se em ato político, capaz de expressar alinhamento geopolítico. (Lima, 2025)

Da mesma forma, quando a China redireciona suas importações agrícolas dos EUA para o Brasil, o gesto não é apenas pragmático, mas simbólico. Ao punir agricultores americanos, Pequim buscou pressionar a base política de Washington, ao mesmo tempo em que fortaleceu alianças com parceiros alternativos. O consumo de soja brasileira, portanto, tornou-se uma forma de resistência ao inimigo e de construção de novas redes de interdependência. Aqui, confirma-se a tese de Douglas: os bens circulam como mensagens, e sua manipulação estratégica constitui um meio de comunicação política entre Estados.

A guerra comercial mostra também como boicotes e campanhas de consumo podem ser usados como instrumentos de pressão cultural. O simples ato de consumir ou rejeitar determinados produtos adquire força política quando realizado em escala coletiva, funcionando como manifestação simbólica de apoio ou oposição. Nesse ponto, a disputa EUA–China exemplifica como o consumo se inscreve no repertório das chamadas “guerras híbridas”, em que armas tradicionais são substituídas ou complementadas por instrumentos econômicos e culturais.

Assim, compreender o consumo como arma política e cultural significa reconhecer que a guerra comercial não é apenas sobre tarifas, mas sobre hegemonia simbólica. Estados utilizam políticas comerciais para moldar significados, disciplinar preferências e projetar identidades. Ao aplicar a lente da antropologia do consumo, torna-se possível enxergar que a disputa EUA–China não se limita ao comércio, mas se estende ao campo das representações culturais, onde bens de consumo funcionam como armas de poder e instrumentos de hegemonia.

À luz da antropologia do consumo de Mary Douglas, a guerra comercial entre Estados Unidos e China aparece como uma disputa profundamente simbólica, em que tarifas, sanções e políticas de incentivo não são apenas instrumentos econômicos, mas mecanismos de comunicação política e cultural. O consumo revela-se como

terreno privilegiado para observar relações de poder, pois cada escolha de compra, cada boicote e cada campanha de consumo patriótico traduz disputas de legitimidade e hegemonia. Esse referencial teórico permite compreender que, no século XXI, hegemonia global depende não apenas de armas ou capitais, mas também da capacidade de projetar estilos de vida e padrões de consumo que consolidem identidades e alianças.

4. O Brasil no tabuleiro da guerra comercial: impactos e estratégias

A posição do Brasil perante a guerra comercial entre Estados Unidos e China é delicada e estratégica ao mesmo tempo. O país, integrante no BRICS e potência regional, encontra-se entre dois polos de poder que disputam influência política, tecnológica e simbólica, além de mercados. Desde 2018, o Brasil surge como um ator intermediário num cenário de tensões que são crescentes devido à intensificação da disputa tarifária entre as duas maiores economias do mundo, sendo ora beneficiado pelo redirecionamento de fluxos comerciais, sobretudo na exportação de commodities, ora penalizado por medidas protecionistas norte-americanas que visam conter a influência chinesa na América Latina.

Neste capítulo, adota-se o método descritivo-analítico. Objetiva-se, com isso, compreender as origens mais os desdobramentos históricos que levaram o Brasil a ocupar essa posição ambígua. O contexto é analisado em quatro atos, atos que explicitam tensões atuais com os Estados Unidos: (1) o Brasil buscando o fim do dólar como uma reserva mundial; (2) o país atuando a fim de consolidar o BRICS com a China em maior destaque; (3) o governo federal e o STF que regulam as Big Techs norte-americanas; e (4) o Brasil aplicando novas políticas tributárias e tarifárias a empresas estrangeiras, em especial as estadunidenses. A hipótese central é que esses movimentos foram interpretados em Washington como ameaças geoeconômicas, resultando em retaliações comerciais expressas nas tarifas impostas a produtos brasileiros em 2025.

A análise será dividida em atos que abordam os impactos diretos e indiretos da guerra comercial, as transformações nas cadeias produtivas, as tensões diplomáticas, a questão das Big Techs e a inserção do Brasil no BRICS como alternativa à hegemonia norte-americana.

4.1. Ato I: O Brasil e o desafio ao padrão dólar

A política externa brasileira recente tem buscado ampliar sua autonomia monetária e comercial, o que implica questionar o domínio do dólar como moeda de reserva e de transação internacional. Essa postura ganhou destaque com as propostas do governo brasileiro, no âmbito do BRICS, para o desenvolvimento de uma moeda comum voltada ao comércio entre países emergentes. Essa iniciativa

representa uma tentativa de reduzir a vulnerabilidade cambial diante das flutuações do dólar e de diminuir a dependência do sistema financeiro norte-americano.

Segundo Carvalho (2019), o Brasil, ao aproximar-se da China e defender mecanismos de compensação financeira em moedas locais, busca fortalecer um eixo de cooperação Sul–Sul que contrasta com a lógica unipolar imposta pelos Estados Unidos. Do ponto de vista norte-americano, contudo, tais movimentos são interpretados como ameaças à ordem monetária internacional vigente desde Bretton Woods. O questionamento ao papel do dólar como moeda de reserva não é apenas econômico, mas geopolítico: implica desafiar o controle que os EUA exercem sobre o sistema financeiro global por meio de sanções e mecanismos de crédito.

Assim, o primeiro ato da tensão entre Brasil e Estados Unidos reside na tentativa brasileira de reconfigurar sua posição no sistema monetário internacional. Essa tentativa, ainda que legítima do ponto de vista do desenvolvimento autônomo, é percebida como desestabilizadora por Washington, contribuindo para a deterioração das relações bilaterais e para a adoção de medidas de retaliação tarifária.

4.2 Ato II: O BRICS e o fortalecimento da China

O Brasil é um agente ativo na formação de alianças como o BRICS, que defende a multipolaridade e a reforma do sistema internacional (Fiori, 2007; Jinping, 2018). O BRICS e a Nova Rota da Seda (BRI) fortalecem a China como polo alternativo na economia global (Pautasso *et al.*, 2021). Para o Brasil, essa cooperação Sul-Sul é vista como uma alternativa para reduzir a interdependência assimétrica com os Estados Unidos (Pecequillo, 2013; Calout e Costa, 2022). A reação norte-americana à expansão dos emergentes na América do Sul iniciou-se sistematicamente em 2008, buscando preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço desses novos polos de poder (Pecequillo, 2013). De acordo com Palumbo e Nicolaci (2025), os Estados Unidos veem o crescimento da China como uma ameaça não apenas econômica, mas ideológica, na medida em que desafia os valores e instituições ocidentais tradicionais.

Ao reforçar laços comerciais e tecnológicos com Pequim — por exemplo, em projetos de 5G, energia limpa e infraestrutura —, o Brasil acaba sendo percebido como um aliado indireto da China. Tal alinhamento simbólico, ainda que motivado por interesses pragmáticos, contribui para o recrudescimento das medidas tarifárias norte-

americanas, que passam a atingir produtos brasileiros sob a justificativa de “reequilíbrio de competitividade” e “proteção da indústria nacional”.

4.3 Ato III: O embate com as Big Techs norte-americanas

O terceiro ato das tensões entre Brasil e Estados Unidos diz respeito à regulação das Big Techs. O governo federal e o Supremo Tribunal Federal vêm promovendo uma série de iniciativas para disciplinar a atuação de grandes plataformas digitais — como Google, Meta, Amazon e X (antigo Twitter) —, em temas que envolvem desinformação, discurso de ódio e monopólio de dados. Essas medidas, ainda que motivadas por preocupações democráticas e de soberania digital, foram recebidas com resistência pelas empresas e críticas do governo norte-americano, que as classificou como potenciais barreiras à liberdade de expressão e à livre concorrência. (Acosta, 2025)

A disputa tecnológica, exemplificada pela infraestrutura 5G da Huawei, reflete a competição mais abrangente pela liderança do sistema internacional (Pautasso *et al.*, 2021). De acordo com Calout e Costa (2022), Washington tem pressionado o Brasil para impedir a participação da Huawei nas redes 5G, argumentando risco de espionagem e roubo de dados. Contudo, este argumento perdeu força no Brasil devido ao passivo da espionagem americana contra a ex-presidente Dilma Rousseff em 2013. A insistência dos EUA nessa pressão, sem oferecer algo concreto e robusto, é vista como um movimento que arruinaria a relação do Brasil com a China (Calout; Costa, 2022). O risco geopolítico para os EUA reside na perda do domínio sobre o controle da informação e dos sistemas de inteligência, dado o uso dual da tecnologia 5G (Mariani; Bertolini, 2019; Pautasso *et al.*, 2021).

A disputa em torno da regulação digital insere-se num contexto mais amplo de conflito tecnológico e informacional. Assim como os Estados Unidos utilizam o discurso da “segurança cibernética” para justificar restrições a empresas chinesas, o Brasil busca afirmar sua autonomia regulatória, recusando-se a subordinar suas normas às pressões externas. Esse processo reforça a percepção de que o país está se afastando do eixo ocidental, ao propor marcos regulatórios mais alinhados à governança digital multipolar defendida pelos BRICS.

Desse modo, a regulação das Big Techs funciona como símbolo de resistência à hegemonia norte-americana, mas também como fator de tensão diplomática e

econômica, dado o peso dessas empresas na economia dos EUA e seu poder de lobby junto ao governo de Washington.

4.4 Ato IV: Tarifas e retaliações: o Brasil sob o foco norte-americano

O quarto ato corresponde à materialização das tensões em tarifas e medidas protecionistas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil. Em 2025, Washington ampliou as taxas sobre produtos brasileiros em até 50%, atingindo especialmente setores estratégicos como aço, celulose, café, carne bovina, soja processada e aeronaves (Radford; Acosta; Catto; 2025). Esses produtos representam parte significativa das exportações brasileiras para os EUA, e sua taxaação tem efeitos diretos sobre o emprego, a arrecadação e a competitividade nacional.

Entre os setores mais afetados, destacam-se:

- Siderurgia: tarifas de 50% sobre aço e alumínio, afetando empresas como a Gerdau e a CSN;
- Agroindústria: sobretaxas sobre carnes processadas e soja refinada;
- Manufatura: aumento de tarifas sobre aeronaves, autopeças e equipamentos industriais;
- Celulose e papel: barreiras adicionais sob alegação de dumping e subsídios.

Por outro lado, produtos de menor valor agregado, como commodities minerais e agrícolas brutas, sofreram impactos menores, evidenciando uma tentativa norte-americana de atingir setores industriais mais complexos, com potencial tecnológico e de valor agregado.

Os motivos oficiais apresentados por Washington para tais medidas concentram-se na necessidade de fortalecer a indústria doméstica, gerar empregos internos e reduzir a dependência de importações, dentro da lógica do slogan “Make America Great Again”⁵. Entretanto, ao observar o contexto geopolítico, fica evidente que o tarifaço também funciona como mecanismo de pressão política sobre o Brasil,

⁵ Slogan político associado à campanha presidencial de Donald Trump, lançado em 2016, que defende o fortalecimento da economia, da indústria e do poder dos Estados Unidos por meio de políticas nacionalistas, protecionistas e de restrição ao comércio exterior e à imigração, com a promessa de restaurar a “grandeza” do país.

punindo seu alinhamento com a China e suas políticas internas de regulação e tributação.

4.5 Impactos diretos e indiretos da guerra comercial sobre o Brasil

Os impactos diretos das tarifas recaem sobre a balança comercial e a estrutura produtiva. Produtos agrícolas como soja e carne sofreram redirecionamentos de mercado, enquanto setores industriais viram suas exportações reduzidas. Já os impactos indiretos manifestam-se na reconfiguração das cadeias produtivas, nas rotas de investimento estrangeiro e nas decisões estratégicas de empresas multinacionais. De acordo com Carvalho (2019), o Brasil experimenta simultaneamente ganhos de curto prazo — com o aumento das exportações à China — e perdas estruturais, pela desindustrialização e pela reprimarização da economia.

A guerra comercial, portanto, não é apenas uma disputa entre dois gigantes: é um campo de redistribuição de riscos e oportunidades para países intermediários como o Brasil, que precisam adaptar-se à nova lógica multipolar de fluxos produtivos. O fortalecimento do BRICS, nesse sentido, oferece ao país uma alternativa de cooperação, mas também amplia sua exposição a tensões diplomáticas com Washington.

Além disso, a análise da guerra EUA-China (que serve de proxy para o foco protecionista americano) revela que as tarifas se concentraram em:

- Setores Industriais/High-Tech: A primeira e segunda rodadas de tarifas contra a China (julho e agosto de 2018) visaram setores industriais ligados ao programa Made in China 2025, incluindo maquinário industrial, aeroespacial (pneus para aeronaves), robótica, e automobilística (Pautasso *et al.*, 2021; Dodwell, 2018).
- Bens de Consumo: A terceira rodada (setembro de 2018), de US\$ 200 bilhões, atingiu uma ampla variedade de produtos e bens de consumo, como vestuário, eletrônicos (TVs), móveis, relógios e alimentos (Carne, Peixe, Frutas, Cereais, Sabonetes) (Martin e Bryan, 2018; Pautasso *et al.*, 2021).

Impactos Diretos: Produtos Brasileiros Favorecidos ou Prejudicados pelas Tarifas. O Brasil, embora alvo das tarifas dos EUA, se beneficiou indiretamente da guerra comercial sino-estadunidense.

- Soja (Favorecida): A China impôs tarifas de retaliação sobre produtos americanos, como a soja, o que levou o Brasil a se consolidar como o principal fornecedor desse grão para o mercado chinês (Palumbo e Costa, 2019; Noberto, 2025). Entre maio e outubro, as exportações brasileiras de soja para a China tiveram um aumento de 37,5% em comparação com o ano anterior (Noberto, 2025). O Brasil mantém vantagem competitiva devido ao custo de produção, à qualidade superior do grão e ao calendário complementar em relação à safra americana (Noberto, 2025).

- Riscos Futuros: A reaproximação entre Pequim e Washington, que prevê compras graduais de soja americana (até 25 milhões de toneladas anuais), acende um alerta. O principal risco é o excesso mundial de soja e a consequente pressão sobre os preços internacionais, o que pode reduzir as margens brasileiras (Noberto, 2025).

Impactos Indiretos: Mudanças nas Cadeias Produtivas e nas Rotas de Investimento

O Brasil é visto como um território estratégico com vasta capacidade de segurança alimentar global e abundância de recursos hídricos (Trevisan, 2025).

- Dependência e Investimento Chinês: O professor Leonardo Trevisan (2025) afirma que, se os EUA buscam trocar o domínio político, a China quer colocar o Brasil "cada vez mais numa dependência concreta". Os investimentos chineses no país tiveram um aumento expressivo de 113% entre 2023 e 2024 (Trevisan, 2025). Esses investimentos se concentram nos setores de indústria manufatureira e eletricidade, gás e outras utilidades (Cariello, 2022; Calout e Costa, 2022).

- Rotas de Abastecimento: A construção do porto peruano de Chancay com capital chinês (US\$ 4 bilhões) redefine a logística na América do Sul. Há cinco rotas ferroviárias bioceânicas planejadas para conectar o interior do Brasil a Chancay, tudo com capital chinês (Trevisan, 2025).

4.6 O Brasil e o BRICS como polo alternativo

Por fim, o papel do Brasil no BRICS adquire importância singular diante desse cenário. O bloco não é apenas uma aliança econômica, mas também um projeto simbólico de hegemonia alternativa, que propõe novos padrões de governança e de consumo global. A cooperação tecnológica com a China, a criação de instrumentos financeiros próprios e o discurso pela desdolarização representam esforços concretos de construção de uma nova ordem econômica internacional. (Pecequillo, 2013).

Contudo, essa estratégia exige equilíbrio. Ao mesmo tempo em que o Brasil busca autonomia e fortalecimento do Sul Global, precisa manter relações estáveis com os Estados Unidos, ainda seu segundo maior parceiro comercial e fonte crucial de investimentos e tecnologia. A antropologia do consumo ajuda a compreender essa ambivalência: assim como os bens comunicam identidades, as políticas comerciais e monetárias também expressam posições simbólicas no sistema internacional. O Brasil, portanto, encontra-se em um espaço de fronteira — consumindo e sendo consumido como símbolo de resistência, mas também de vulnerabilidade. (Pecequillo, 2013; Slipak, 2014).

4.7 Síntese dos atos

A análise dos quatro atos que compõem a posição brasileira na guerra comercial evidencia que as tensões com os Estados Unidos decorrem não apenas de fatores econômicos, mas de disputas simbólicas e políticas por autonomia e reconhecimento. O questionamento ao padrão dólar, o protagonismo no BRICS, a regulação das Big Techs e as políticas tributárias nacionais revelam um reposicionamento estratégico do Brasil no sistema internacional. Em resposta, os EUA recorrem a medidas tarifárias e protecionistas que visam conter esse movimento, reafirmando sua busca pela liderança global e pela revitalização da indústria nacional.

À luz da antropologia do consumo, essas disputas também podem ser lidas como conflitos de significados: trata-se de definir quem consome quem, e com isso, quem domina os símbolos da modernidade e do poder. O Brasil, situado entre dois centros hegemônicos, transforma-se em campo de negociação simbólica e econômica, onde escolhas comerciais e políticas equivalem a escolhas identitárias no tabuleiro global.

5 Desdobramentos Históricos e Projeções para a Ordem Global

5.1 A crise diplomática Brasil–Estados Unidos em 2025: tensões, interesses e instrumentalização política

Um dos episódios mais emblemáticos dessa instabilidade internacional foi a crise diplomática entre Brasil e Estados Unidos, em 2025. A decisão do então presidente norte-americano Donald Trump de impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros representou não apenas uma ruptura comercial, mas um gesto político carregado de significado simbólico. A medida evidenciou como as tarifas deixaram de ocupar um lugar técnico no debate econômico para se tornarem instrumentos de coerção, barganha e demonstração de poder.

A relação entre Trump e Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, conferiu ao episódio um caráter ainda mais sensível, uma vez que, segundo analistas da época, a imposição das tarifas visava pressionar instituições brasileiras a reconsiderarem o julgamento do ex-presidente. O comércio, nesse contexto, foi instrumentalizado como ferramenta de intervenção indireta em assuntos domésticos de uma nação soberana, enfraquecendo os princípios clássicos da diplomacia internacional.

O recuo temporário diante das tarifas sobre café e carnes brasileiras revelou a interdependência entre as economias, demonstrando que, mesmo em cenários de conflito, as cadeias globais de suprimento impõem limites à ação unilateral. Ainda assim, a retomada da taxaço em novembro de 2025 e o favorecimento simultâneo de outros países, como a Argentina, expuseram uma lógica seletiva e estratégica de relações internacionais baseada mais em alinhamentos políticos do que em critérios econômicos objetivos.

A tentativa de distensão durante a reunião entre Trump e Lula, em outubro de 2025, embora relevante do ponto de vista simbólico, não foi suficiente para eliminar os efeitos da crise. Ao contrário, ela apenas reforçou a percepção de que o Brasil se encontrava em uma posição vulnerável dentro da estrutura internacional, sendo constantemente interpelado a escolher lados em uma dinâmica global cada vez mais polarizada.

5.2 A continuidade do conflito sob Biden e Xi Jinping: segurança, tecnologia e novo protecionismo

Mesmo com a substituição de Trump por Joe Biden, a rivalidade com a China não arrefeceu. Ao contrário, adquiriu um caráter mais técnico, institucionalizado e estratégico. Se o discurso de Biden aparenta maior disposição ao diálogo em temas globais (como mudanças climáticas e saúde internacional), na prática, as medidas relacionadas à contenção chinesa aprofundaram-se, especialmente nos campos tecnológico e industrial.

As restrições a investimentos em setores considerados estratégicos, como semicondutores, inteligência artificial e tecnologias quânticas, revelam uma nova concepção de segurança nacional, ampliada para além do campo militar tradicional. Dependência tecnológica, soberania digital e controle de dados passam a ocupar lugar central na lógica dos Estados. O protecionismo, outrora criticado, ressurge legitimado sob a retórica da segurança e da proteção dos interesses nacionais.

A China, por sua vez, responde não somente por meio de medidas retaliatórias, mas pela construção de uma ordem alternativa. A criação e fortalecimento de instituições como o AIIB e o NDB, assim como a expansão da Nova Rota da Seda, indicam a busca por uma globalização de “caráter chinês”, menos calcada na austeridade financeira e mais orientada por investimentos em infraestrutura e interconectividade.

Essa dinâmica revela que não há um simples embate econômico, mas sim duas visões distintas de mundo: uma ainda presa à manutenção de privilégios históricos; e outra ancorada na narrativa do desenvolvimento compartilhado e no fortalecimento do Sul Global.

5.3 Fragmentação da ordem internacional e a crise do multilateralismo

A intensificação da rivalidade sino-americana contribui significativamente para a fragmentação do sistema internacional. Organismos multilaterais, outrora considerados pilares de mediação e cooperação, veem sua autoridade gradualmente esvaziada. A Organização Mundial do Comércio, por exemplo, encontra-se paralisada diante das constantes violações às suas normas por parte das duas maiores potências do planeta.

Essa erosão institucional não é apenas uma falha técnica, mas uma crise de legitimidade. À medida que as grandes potências passam a privilegiar acordos

bilaterais e ações unilaterais, enfraquece-se a ideia de governança compartilhada. Instala-se, então, um cenário propício ao aumento de conflitos regionais, à militarização de disputas e à instabilidade econômica crônica.

Ao mesmo tempo, a globalização se transforma. Já não há um caminho único ou uma narrativa consensual sobre o que significa desenvolvimento. Os projetos em disputa (o estadunidense e o chinês) representam visões antagônicas sobre o papel do Estado, o controle dos mercados e a função das populações no processo produtivo (ARRIGHI; SILVER, 2001). Assim, a globalização deixa de ser apenas um fenômeno econômico para assumir contornos ideológicos e civilizatórios.

5.4 O Brasil entre riscos e potencialidades: dependência, autonomia e projeto nacional

A posição do Brasil nessa conjuntura é, ao mesmo tempo, privilegiada e perigosa. A abundância de recursos naturais e a capacidade de produção de alimentos projetam o país como um ator essencial para a segurança alimentar global. No entanto, essa condição também o transforma em alvo de interesses externos, que enxergam no território brasileiro uma fonte de matérias-primas, e não um parceiro pleno de desenvolvimento.

O risco da chamada “especialização regressiva” — caracterizada pela dependência excessiva de commodities — é intensificado pelo excesso global de produção agrícola. A soja, carro-chefe da balança comercial, torna-se um símbolo da vulnerabilidade brasileira diante das variações geopolíticas. A reaproximação entre China e Estados Unidos, nesse sentido, não seria necessariamente benéfica ao Brasil, pois ampliaria a concorrência e a pressão sobre os preços internacionais.

Por outro lado, a saída possível está na agregação de valor e na diversificação econômica. A transformação industrial dos grãos, o investimento em biotecnologia, energias renováveis e inovação tecnológica podem permitir ao Brasil romper a condição de exportador primário e ocupar um patamar mais elevado na divisão internacional do trabalho.

Ademais, uma política externa orientada pelo pragmatismo e pela autonomia relativa — e não pelo alinhamento automático — apresenta-se como a estratégia mais coerente com os interesses nacionais de longo prazo. Ao manter relações produtivas tanto com a China quanto com os Estados Unidos, o Brasil amplia suas margens de manobra e fortalece sua posição como ator relevante no sistema internacional.

5.5 A dimensão cultural e simbólica da guerra comercial

A guerra comercial também é uma disputa cultural. Não se trata apenas de controlar fluxos econômicos, mas de definir quais valores, visões de mundo e modelos de desenvolvimento serão considerados legítimos. O discurso estadunidense, ao insistir na dicotomia entre “liberdade” e “autoritarismo”, produz uma narrativa que busca legitimar sua hegemonia moral, mesmo diante de práticas contraditórias.

A China, em resposta, mobiliza a noção de harmonia e cooperação, afirmando-se como uma potência que não coloniza, mas que compartilha desenvolvimento. Essa disputa retórica é absorvida, reinterpretada e instrumentalizada pelas elites políticas de outros países, inclusive no Brasil, gerando divisões internas e ambiguidades estratégicas.

Nesse ponto, os bens (sejam commodities, tecnologias ou produtos culturais) assumem um papel central na análise. Conforme argumentam Douglas e Isherwood, os bens não são apenas objetos utilitários, mas sistemas de comunicação que estruturam relações sociais, produzem identidades e organizam percepções sobre o mundo

Assim, a disputa pelo controle do 5G, dos chips, da soja ou dos minerais raros adquire um significado que ultrapassa o econômico, pois define quem tem o poder de estabelecer normas, padrões e códigos de interação social (Douglas; Isherwood, 1979). Desse modo, a guerra comercial é, também, uma batalha pela definição da realidade, pelo controle do conhecimento e pela estruturação simbólica da ordem internacional.

A análise dos desdobramentos da rivalidade entre Estados Unidos e China revela que a guerra comercial constitui apenas uma camada visível de uma transformação muito mais profunda na estrutura do sistema internacional. Trata-se de uma disputa que combina dimensões materiais e simbólicas, econômicas e ideológicas, tecnológicas e culturais, configurando um verdadeiro embate pela liderança sobre os rumos da globalização no século XXI. A crise diplomática envolvendo o Brasil em 2025, as restrições tecnológicas impostas por Washington e a expansão estratégica chinesa por meio da Nova Rota da Seda exemplificam como essa rivalidade se manifesta concretamente, afetando diretamente países que não figuram no centro do poder global.

Nesse contexto, o Brasil aparece simultaneamente como espaço de disputa, vítima potencial de pressões externas, e sujeito capaz de formular um projeto autônomo de desenvolvimento. Sua posição dependerá, fundamentalmente, da capacidade de articular uma política externa soberana, investir em agregação de valor e compreender que os bens que produz e exporta são também portadores de significado, identidade e poder. Assim, mais do que escolher entre Estados Unidos ou China, o desafio brasileiro reside em escolher a si mesmo: sua autonomia, seu projeto de nação e o lugar que deseja ocupar na história da nova ordem internacional em construção (ARRIGHI, 2008; ARRIGHI; SILVER, 2001; DOUGLAS; ISHERWOOD, s/d).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo central analisar a guerra comercial entre Estados Unidos e China como uma das expressões mais evidentes da disputa contemporânea por hegemonia global, mobilizando, como chave interpretativa, a antropologia do consumo. Ao longo do trabalho, foi possível demonstrar que o conflito ultrapassa em muito o plano econômico imediato e se constitui como uma guerra híbrida, na qual tarifas, sanções, restrições tecnológicas e discursos nacionalistas operam como instrumentos de poder político e simbólico. A partir do método descritivo-analítico, evidenciou-se que as medidas adotadas desde 2018 não se limitaram a correções de mercado, mas integraram uma estratégia deliberada de contenção da ascensão chinesa por parte dos Estados Unidos, especialmente em setores considerados vitais para a definição do futuro tecnológico e produtivo do sistema internacional.

A aplicação dos pressupostos de Douglas e Isherwood permitiu compreender que, para além dos fluxos de mercadorias, o que está em disputa é a capacidade de produzir sentido e legitimidade por meio dos bens. Nessa perspectiva, produtos e marcas deixam de ser apenas unidades econômicas e passam a funcionar como veículos de identidade, pertencimento e distinção. A pergunta desloca-se, assim, do “o que se consome” para o “de quem se consome”, conferindo ao consumo o estatuto de prática política e cultural. A circulação de bens, como Apple, Huawei, soja ou semicondutores, transforma-se em linguagem de poder, capaz de sinalizar alianças, resistências e posicionamentos no cenário global.

A pesquisa também evidenciou que o Brasil ocupa uma posição contraditória e tensionada nessa dinâmica. Se, por um lado, o país foi beneficiado pontualmente pelo desvio de comércio, sobretudo no setor de grãos, em especial a soja, por outro, foi diretamente atingido pelas medidas protecionistas norte-americanas, notadamente pelo tarifaço de 2025, que alcançou setores estratégicos como siderurgia, celulose, café e aeronaves. Tal situação revela um equilíbrio instável, em que ganhos conjunturais coexistem com riscos estruturais, como a reprimarização da pauta exportadora, a perda de competitividade de setores industriais e o aumento da vulnerabilidade externa.

Além disso, a inserção do Brasil no BRICS, a defesa de maior autonomia monetária, a aproximação tecnológica com a China e a regulação das grandes plataformas digitais norte-americanas foram interpretadas, no contexto analisado, como fatores que intensificaram a percepção de ameaça por parte de Washington. Isso reforça a interpretação de que as decisões comerciais e políticas tomadas pelo Brasil não são neutras, mas dotadas de significado simbólico dentro de uma ordem internacional em transformação. Consumir, produzir, regular ou exportar tornam-se, nessa lógica, atos carregados de sentido geopolítico.

No que diz respeito às perspectivas futuras, aponta-se para um cenário de fragmentação crescente da ordem internacional, com enfraquecimento dos mecanismos multilaterais, fortalecimento de blocos regionais, disputa por padrões tecnológicos e redefinição dos critérios de segurança nacional. A hegemonia passa a ser mensurada não apenas em termos militares ou financeiros, mas também pela capacidade de impor modelos tecnológicos, narrativas de desenvolvimento e padrões de consumo. Nesse contexto, países intermediários, como o Brasil, serão cada vez mais pressionados a optar por alinhamentos, o que exige uma política externa pautada pelo pragmatismo, pela diversificação de parcerias e pela busca de autonomia relativa.

Conclui-se, portanto, que a guerra comercial entre Estados Unidos e China deve ser compreendida como uma disputa pela definição da própria realidade do século XXI, na qual bens materiais e símbolos culturais caminham juntos na produção da hegemonia. Ao reconhecer que os objetos circulam como mensagens e que cada escolha de consumo carrega um significado político, torna-se possível compreender a profundidade dessa transformação sistêmica e os desafios impostos às nações que nela estão inseridas.

Nesse sentido, a reflexão empreendida ao longo deste trabalho dialoga com a célebre metáfora hegeliana de que “a coruja de Minerva só alcança voo ao entardecer”. A compreensão plena dos processos históricos e geopolíticos aqui analisados talvez só se revele completamente quando seus desdobramentos já tiverem se consolidado. Ainda assim, é no exercício da análise crítica, realizado no presente, que se constrói a consciência sobre o tempo histórico em que se vive. Assim, este trabalho busca não apenas descrever um conflito em curso, mas contribuir para a interpretação de uma ordem internacional em transformação, oferecendo

subsídios para que o Brasil e a comunidade acadêmica possam compreender — e, quem sabe, influenciar — os rumos do mundo que se anuncia no horizonte.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Rosa de. A China está vencendo a guerra comercial contra os EUA? Entenda. **CNN Brasil**, s.l., 2 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/a-china-esta-vencendo-a-guerra-comercial-contra-os-eua-entenda>. Acesso em: 27 nov. 2025.

KALOUT, Hussein; COSTA, Hugo Bras Martins da. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil: Dilema para a política externa brasileira não tem solução binária. **CEBRI**: Revista Centro Brasileiro de Relações Internacionais, ano 1, n. 2, p. 70-89, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/32/a-rivalidade-china-eua-e-os-interesses-estrategicos-do-brasil>. Acesso em: 27 nov. 2025.

PALUMBO, Daniele; COSTA, Ana Nicolaci da. BBC. **Guerra comercial: 5 gráficos para entender a disputa entre EUA e China**. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48228954>. Acesso em: 12 nov. 2025

LISSARDY, Geraldo. América do Sul: por que Trump passou a dar tanta atenção à região. **BBC NEWS BRASIL**. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgkzz7nnmvno>. Acesso em: 15 nov. 2025

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BRASIL, D. C. **Brasil será território de disputa entre China e EUA, diz professor**.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/brasil-sera-territorio-de-disputa-entre-china-e-eua-diz-professor>.

BRIEFING, C. **US-China Relations in the Biden-Era: A Timeline - China Briefing News**. Disponível em: https://www.china--briefing-com.translate.google/news/us-china-relations-in-the-biden-era-a-timeline/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 25 nov. 2025.

CARVALHO, Monique Fernandes Pereira. **O Brasil no contexto da guerra comercial entre EUA e China**. ANPECSUL 2019 – Economia Internacional (Área 5). Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files_l/i5-0835cda12a9792564cef6a42fd641bda.pdf.

CHINA. **China deixa de comprar soja dos EUA e Brasil vende 29% a mais ao país**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-11/china-deixa-de-comprar-soja-dos-eua-e-brasil-vende-29-mais-ao-pais>.

CHINA anuncia tarifas de 34% aos EUA em retaliação a Trump [S.l.: s.n.] 4 de abr. de 2025. 1 vídeo (3 min e 48s). Publicado pelo canal CNN BRASIL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqYpkw-fnwI>. Acesso em: 25 out. 2025

GOLDMAN, David. **Produtos da China enfrentarão tarifa de 54% para entrar nos EUA**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/produtos-da-china-enfrentarao-tarifa-de-54-para-entrar-nos-eua/>. Acesso em: 19 ago. 2025

RADFORD, Antoinette. CNN BRASIL. **Veja produtos exportados dos EUA para a China que serão afetados por tarifas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/veja-produtos-exportados-dos-eua-para-china-que-serao-afetados-por-tarifas/>.

CORREA, Alessandra. **Como começou a rivalidade entre EUA e China**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq5wj79qj8do>. Acesso em: 5 nov. 2025

DÓLAR derrete, bolsa desaba... e o Brasil pode ganhar (ou quebrar). [S. l.: s. n.], 21 abr. 2025. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Rob Correa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OFVSu2FzvIE>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2004.

FERNANDES, Rubens Barbosa. **A guerra comercial EUA-China: implicações para o Brasil**. Revista Interesse Nacional, 2019.

FONTENELLE, I. A. **Os sentidos do consumo**. Revista ERA, v. 45, n. 2, abr./jun. 2005.

CATTO, André. EUA x Chi na: qual economia é mais forte? Compare gigantes que travam guerra comercial. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/06/15/eua-x-china-qual-economia-e-mais-forte-compare-gigantes-que-travam-guerra-comercial.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2025

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LIMA, P. Huawei recua em lucro e diz que já é “independente dos EUA”. **CNN**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/huawei-recua-em-lucro-e-diz-que-ja-e-independente-dos-eua/>.

NOBERTO, Cristiane. **Brasil vê espaço, mas teme excesso global de soja com aproximação China–EUA**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-ve-espaco-mas-teme-excesso-global-de-soja-com-aproximacao-china-eua/>.

PAUTASSO, Diego *et al.* **As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, e1122, p. 1–23, 2021.

Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1122>. Acesso em 25 ago. 2025.

STRANGE, Susan. **O retorno do poder das finanças**. Brasília: UnB, 1998.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Vista do A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China**. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113/72>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ZAFALON, M. **Acordo da soja dos EUA com a China afeta pouco o mercado do Brasil**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2025/11/acordo-da-soja-dos-eua-com-china-afeta-pouco-o-mercado-do-brasil.shtml>

ZHANG, Yongjin; BRESLIN, Shaun. **China and the global political economy**. London: Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/china-and-the-global-political-economy-2lrp9mr165.pdf>